

Sexualidades em Jogo no Currículo Escolar

Sexualities at Play in the School Curriculum

Narla Mota Júnior

Universidade Federal de Sergipe
narla@academico.ufs.br

Ricardo Santos do Carmo

Universidade Federal de Sergipe
ricardosc@academico.ufs.br

Resumo

Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado concluída, na qual elaboramos um recurso didático, um jogo de cartas, como estratégia metodológica para um programa de “educação para a sexualidade” no currículo escolar. Na elaboração do nosso jogo, as funções lúdicas e educativas estão presentes. Ao admitir diferentes possibilidades de combinações de cartas, o que é coerente com a política da diferença e da existência de diferentes identidades de gênero e sexuais, o jogo foi pensado para refletir o que acontece na vida real, que são os cruzamentos e entrelaçamentos das identidades sexuais e de gênero formando um leque de vivências ou manifestações das sexualidades, e a representação de diferentes configurações familiares. A definição dos assuntos abordados nas cartas emergiu da análise de documentos educacionais, e os fundamentos das cartas são os referenciais teóricos dos Estudos Culturais.

Palavras chave: Currículo escolar; Recurso didático; Sexualidades.

Abstract

This paper is part of a completed master's thesis, in which we developed a didactic resource, a card game, as a methodological strategy for an “education for sexuality” program in the school curriculum. In the elaboration of our game, the ludic and educational functions are present. By admitting different possibilities of card combinations, which is consistent with the politics of difference and the existence of different gender and sexual identities, the game was designed to reflect what happens in real life. In other words, they are the intersections and intertwining of sexual and gender identities forming a range of experiences or manifestations of sexualities, as well as the representation of different family configurations. The definition of the subjects addressed in the letters emerged from the analysis of educational documents. The fundamentals of the letters are the theoretical references of Cultural Studies.

Key words: School curriculum; Didactic resource; Sexualities.



Introdução

No Brasil, o tema da educação sexual assume uma posição mais central na sociedade entre as décadas de 1920 e 1930, tendo como foco a saúde das mulheres. A principal motivação, na prática, era garantir a reprodução saudável e reprimir atitudes femininas vistas como imorais na época (BRUSCHINI; BARROSO, 1986).

Olhando para trás, desde uma perspectiva antropológica, entendemos que as discussões sobre educação sexual eram dominadas pelos médicos (embora educadores também participassem) e repercutiam a antiga ideia de que as mulheres, sendo dotadas de paixões desenfreadas, necessitavam de um aprendizado moral com foco na castidade. Isso é coerente com o fato de que a igreja católica exercia forte influência nos diferentes setores sociais, de modo que, até a década de 1960, essa instituição participava da definição dos conteúdos dos currículos escolares. A igreja católica, em nome da moral e dos bons costumes, se opôs à incorporação das questões sobre sexualidade pelas escolas (ROSEMBERG, 1985).

Entendemos a partir de Xavier-Filha (2009) que as expressões “orientação sexual”, “educação sexual” e “educação para a sexualidade” foram transformadas ao longo do tempo e marcam posicionamentos diferentes nos documentos educacionais, leis, propostas pedagógicas e debates acadêmicos na compreensão das sexualidades. A expressão “educação sexual” tem uso com sentido prescritivo, normatizador e moralista, isto é, serve para afirmar uma visão determinista e reguladora da sexualidade (FOUCAULT, 1997; RIBEIRO, 2013), o que limita o estudo apenas em torno da masturbação, das doenças sexualmente transmissíveis e da educação das mulheres para a vida doméstica. Na tentativa de evitar esse sentido problemático, que vem sofrendo desgaste pelo uso há mais de século, os PCN inauguram a expressão “orientação sexual”, que tem o sentido de ser uma proposta pedagógica, ou seja, liderada pela escola, mas diferente da abordagem conduzida nas famílias. A “educação para a sexualidade” enfatiza o ato de educar, está preocupada com o ensino de valores, dos aspectos relativos aos corpos e gêneros e a vivência da expressão sexual, e em evidenciar as relações de poder/saber em torno da sexualidade como construto histórico (XAVIER-FILHA, 2009). A nomenclatura “educação para a sexualidade” é coerente com a formação de novo um campo de investigações, que considera o fenômeno sexualidade em diferentes manifestações, biológicas e sociais, cujos conceitos e definições estão sendo desenvolvidos. Enfim, educar as pessoas para o entendimento dos gêneros, sexualidades e corpos, ou seja, diz respeito à “educação na diversidade”, “para a diversidade” e “pela diversidade”, porque a diversidade ensina (JUNQUEIRA, 2007).

Portanto, evitamos cair no risco de assumir as diferentes nomenclaturas como sinônimos e justificamos, nesses termos, que a decisão de usar a expressão “educação para a sexualidade” ao longo desse trabalho não é trivial ou cosmética. Na verdade, é produtora de sentido, realça o papel da educação que necessariamente assume verdades de maneira provisória, e assim problematiza práticas e conhecimentos dados como naturais. Se insistíssemos em uma educação sexual, as abordagens seriam meramente direcionadas a uma abordagem anatômica/fisiológica, o que limitaria as ações ao campo único da biologia. Preciado (2014, p. 23) procura dar novo rumo às discussões sobre sexualidades:

É hora de deixar de estudar e de descrever o sexo como parte da história natural das sociedades humanas. A ‘história da humanidade’ se beneficiaria se fosse rebatizada como ‘história das tecnologias’, sendo o sexo e o gênero dispositivos inscritos em um sistema tecnológico complexo.



Estamos interessados em criar as condições de integrar diferentes conhecimentos para uma abordagem interdisciplinar, em franco reconhecimento da sexualidade como fenômeno com muitas expressões. Esta é uma compreensão que destacamos desde logo na introdução, pois necessária ao entendimento de que as sexualidades, assim no plural, são o objeto de investigação dessa pesquisa. Ao considerarmos os referenciais teóricos que sustentam ações em “educação para a sexualidade”, notamos uma enorme avenida de assuntos, interesses e leituras. Enquanto “educação sexual” vincula sexualidade apenas à promoção da saúde e prevenção de doenças, um projeto de “educação para a sexualidade” se compromete com questões mais amplas, como as violências de gênero, sexual, misoginia e homofobia. A inclusão da temática da sexualidade pelos formuladores de currículo escolar é uma resposta ao amadurecimento dos movimentos sociais, feministas, e às mudanças na sociedade.

Objetivos

O objetivo desse artigo é comunicar a elaboração de recurso didático como estratégia metodológica para um programa de “educação para a sexualidade” no currículo escolar, alinhado com a emergência dos estudos culturais sobre gênero e sexualidades.

Metodologia

Nessa seção, explicamos como o jogo foi elaborado. Por razões de espaço, apresentamos parte do conjunto de cartas. No desenvolvimento de jogos didáticos, duas funções precisam ser seriamente consideradas: uma função lúdica e uma função educativa (KISHIMOTO, 1998). A diversão e o prazer favorecem a vivência integrada entre os jogadores como uma das condições necessárias para a aprendizagem dos conceitos inseridos no jogo. A finalidade do jogo com objetivos educacionais não é estimular uma disputa vazia, no sentido de que classifica os jogadores em mais habilidosos e menos habilidosos, mas sim produzir aprendizagem. Para isso, um componente importante na arquitetura do jogo é a criatividade, idealmente marcada por inesgotáveis formas de interações entre os elementos do jogo, entre os jogadores e os elementos do jogo, e de relações intrapessoais dos jogadores. Assim, na elaboração do jogo didático, a premissa central é preparar os indivíduos para o convívio social (CHATEAU, 1987). A partir desse entendimento, trabalhamos na arquitetura do jogo para expor os jogadores a situações variadas sobre temas relevantes no campo da educação para a sexualidade, cuja seleção de conteúdos, linguagem escolhida e regras fazem os jogadores terem lugar na equipe e considerarem diferentes pontos de vista. Essas são características de um jogo com potencial de jogabilidade e de produzir aprendizagem. Uma definição de jogo é difícil de ser organizada, porque existem jogos tanto analógicos quanto digitais, e todos se baseiam na satisfação de uma necessidade não material. As tentativas de definir jogo incluem algumas características, enquanto deixam outras a descoberto, daí porque uma definição consensual não existe e, por isso, estamos interessados nas características de jogo como

atividade livre, conscientemente tomada como não-séria e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro dos limites espaciais e temporais próprios, seguindo uma certa ordem e certas regras (HUIZINGA, 2008, p. 16).



A metodologia de elaboração do jogo parte da premissa de jogo como atividade de grupo, um artefato pensado para a autoconfiança necessária à aprendizagem e ao convívio na sociedade. Assim, as regras exploram a dimensão cognitiva, através de raciocínio, a dimensão pessoal, através de reflexão e curiosidade, e a dimensão social, pelo caráter interativo do jogo.

A definição dos assuntos abordados nas cartas emerge das análises tecidas em diferentes documentos. O primeiro documento analisado, intitulado “Brasil Sem Homofobia Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (BRASIL, 2004), inclui uma série de materiais educativos colocados à disposição do governo brasileiro, a partir de 2004, para a formação de professores sobre sexualidade humana. O segundo documento analisado foi a publicação “Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais” (PEREIRA et al., 2007). O terceiro documento foi “Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais – livro de conteúdos (BRASIL, 2009). O quarto documento analisado foi “Caderno SECAD 4 – Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos” (HENRIQUES et al., 2007), que é parte de uma série de cadernos que documentam as políticas públicas da Secadi/MEC. Por fim, o quinto documento analisado foi “Gênero e diversidade na escola: trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora” (CARRARA et al., 2011). Esses documentos traduzem uma política da diferença (LARROSA; SKLIAR, 2001), que pode ser acionada em propostas pedagógicas de uma educação não racista, não sexista e não homofóbica, pautada pela promoção da igualdade e do respeito à diferença.

Analisando os documentos, à luz dos referenciais teóricos dos Estudos Culturais na sua vertente pós-estruturalista, propomos o estudo das sexualidades e diversidades identitárias através dos seguintes assuntos: (i) identidades de gêneros e identidades sexuais; (ii) violência de gênero; (iii) corpos, sexting, AIDS; (iv) relações entre sexualidades, gêneros, mídia e religião. A concepção de cada carta envolveu cuidados e reflexões para traduzir em imagens os conceitos e as dificuldades práticas na abordagem pedagógica sobre sexualidades em sala de aula, conforme extraídos da revisão de literatura. Na figura 1, a seguir, apresentamos o *layout* do verso de todas as cartas do jogo.

No jogo, buscamos representar alguns tipos de famílias presentes em nossa sociedade na “carta união”. Responsável por simbolizar o envolvimento afetivo-sexual entre os personagens que marcam uma determinada relação, a carta união serve de orientação ao usuário do jogo para o tipo de combinação que ele deverá buscar formar. A carta união foi pensada para ser apenas uma referência ou modelo que explicita o tipo de família e/ou relação afetiva entre os membros retratados nas cartas. Em outras palavras, o jogador pode combinar duas cartas diferentes para indicar o mesmo tipo de relação representada na carta união e, assim, a trinca é formada. Nesse ponto, vale a pena esclarecer as trincas formadas pelo jogador não necessariamente devem coincidir com as imagens das cartas união confeccionadas; o que importa, na formação da trinca é respeitar os conceitos de identidades de gênero e sexual, e o tipo de relação afetiva representadas nas cartas união. Logo, o objetivo principal do jogador consiste em compor diferentes tipos de relações familiares, e isso é possível ao combinar os personagens que fazem parte da carta união.

O recurso linguístico utilizado para dar nome ao jogo não foi acidental. Além de tornar o nome do jogo mais expressivo, “Sexualidades em Jogo” sugere a reflexão sobre aspectos distintos da sexualidade. É que o jogo além de tratar das questões que envolvem o universo da

sexualidade, faz alusão às próprias sexualidades do sujeitos, que são avaliadas, reafirmadas e até mesmo silenciadas no jogo da vida real, mas trazidas à tona no jogo das cartas.

Figura 1: Verso das cartas do jogo Sexualidades em Jogo



Fonte: produção autoral

Análise dos dados

Temos no jogo quatro naipes. Os naipes estão caracterizados por cores (azul, laranja, vermelho, roxo) e letras (L, G, B, T). Cada grupo de cartas tem uma cor associada a uma letra. O naipe azul está associado à letra L. O naipe laranja está associado à letra G. O naipe vermelho está associado à letra B. Por fim, o naipe roxo está associado à letra T. Cada naipe possui vinte e cinco cartas, divididas em onze cartas união e quatorze cartas complementares. Todos representam os mesmos tipos de configurações familiares e consequentemente geram o mesmo tipo de combinação. A diferença é que os naipes abordam diferentes temáticas ou conteúdos. Não recomendamos que os usuários do jogo combinem cartas entre os diferentes grupos, ou seja, a combinação entre as cartas só é permitida dentro do mesmo naipe.

Para a compreensão da dinâmica do jogo, destacaremos a seguir as relações afetiva-sexuais inseridas nas cartas e como as combinações podem ser realizadas. Todas as relações afetivas representadas no jogo foram ilustradas na carta união. A carta união orienta o tipo de combinação, sempre em número de três cartas, que o participante deverá fazer. A regra básica de todas as combinações, vale lembrar, é respeitar os conceitos de identidades de gênero e sexual, e o tipo de relação afetiva representadas nas cartas união. Quando o interesse afetivo do personagem não estiver ilustrado na carta, o participante é quem escolhe o gênero com o qual fará a combinação. Como diz Louro (2000, p. 8) “os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados”. Sob este ângulo, as cartas que não possuem marcadores para representar o interesse afetivo-sexual do personagem são interessantes porque passam a mensagem de que os sujeitos podem, ao longo de sua vida, ter diferentes interesses afetivo-sexuais, reconhecendo-se de maneiras diversas. Porém, quando o interesse afetivo-sexual do personagem da carta estiver representado, o participante deverá respeitar a identidade do personagem, fazendo assim a combinação recomendada na própria carta.

Ao longo do jogo, encontramos quatro cartas união que simbolizam a relação heteroafetiva (ver Figura 2). Nessas cartas, podemos identificar um casal composto por uma pessoa com marcadores do gênero feminino e outra pessoa com marcadores do gênero masculino. Se o usuário do jogo estiver com uma dessas cartas, deverá buscar mais duas cartas em que esses gêneros, cisgênero ou transgênero, aparecem de forma isolada para compor a trinca.

Figura 2: Carta união com casal heteroaferivo nos naipes azul, laranja, vermelho e roxo - L, G, B e T



Fonte: produção autoral

De modo geral, a função das cartas do naipe azul consiste em representar as diferentes identidades de gênero e sexual. A carta representa um casal com identidade sexual heteroaferiva. A carta do naipe laranja ilustra a representação de um tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher, a violência psicológica. A redação dada pela Lei 13.772/2018, a Lei Maria da Penha, assim define a violência psicológica:

entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2018).

Ao retratar esse tipo de violência tão comum na sociedade, não estamos buscando reforçar esse ato de violência contra a mulher; pelo contrário, anseiamos, através das linguagens visual e verbal, informar e promover o debate e a reflexão entre estudantes, professores e usuários do jogo de modo geral.

Na carta do naipe vermelho, outro conceito importante foi abordado por meio dos diferentes recursos de linguagem. Tratamos de desmitificar algumas informações e preconceitos tão difundidos na sociedade por meio da representação da AIDS em um casal heteroaferivo, em vez de representarmos em um casal homoafetivo. Além disso, retratamos a possibilidade de conviver com a AIDS e que relações afetivas acontecem independentemente da presença da doença.

Na carta do naipe roxo, inserimos a frase “Deus fez macho e fêmea em favor da família e da preservação da espécie humana”. Nessa carta, fazemos referência à nossa cultura religiosa conservadora, que rejeita qualquer tipo de relação que não seja a heteronormativa. Ao comparar com a carta união do naipe roxo das Figuras 3 e 4, que representa a família homoafetiva, há diferenças relevantes. Enquanto para o casal heteroaferivo o tapete vermelho está estendido para que a celebração e aprovação aconteça, há entre o casal homoafetivo e a liderança religiosa que legitima a união matrimonial a presença de um abismo, que, por analogia, enfatiza os comportamentos discriminatórios da nossa sociedade.

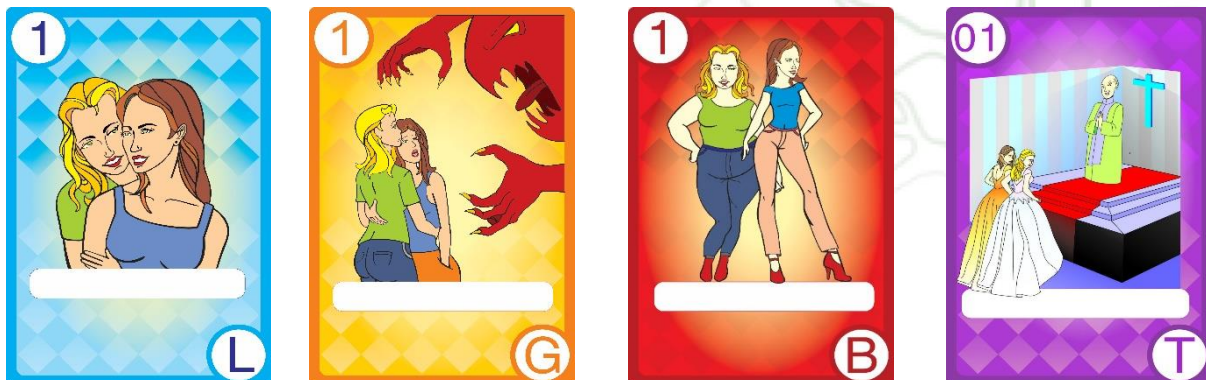
Outro tipo de relação familiar é o da família homoafetiva. Essa união, composta por duas pessoas do mesmo gênero, seja feminino ou masculino, é tão legítima quanto a relação heteroafetiva. No dizer de Dias (2009, p. 47, grifo nosso),

as uniões entre pessoas do mesmo sexo, ainda que não previstas expressamente na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, existem e fazem jus à tutela jurídica. A ausência de regulamentação impõe que as uniões homoafetivas sejam identificadas como entidades familiares no âmbito do Direito de Família. **A natureza afetiva do vínculo em nada o diferencia das uniões heterossexuais**, merecendo ser identificado como união estável.

A união homoafetiva merece ser reconhecida como entidade familiar, pois assim como ocorre em outra relação, o afeto encontra-se presente entre eles ou elas. No jogo, temos oito cartas união com casal homoafetivo, sendo quatro cartas formadas por lésbicas (ver Figura 3) e quatro cartas formadas por gays (ver Figura 4).

Para compor a trinca constituindo essa família, o participante deverá buscar por personagens com marcadores do gênero feminino, com ou sem identificação do interesse afetivo por pessoas do mesmo gênero.

Figura 3: Carta união com família homoafetiva composta por duas mulheres nos naipes azul, laranja, vermelho e roxo - L, G, B e T



Fonte: produção autoral

Na carta união dos naipes azul, laranja, vermelho e roxo da Figura 3, temos a representação de um casal homoafetivo composto por mulheres, as quais assim se reconhecem, ou seja, independentemente do sexo biológico. A carta do naipe laranja da Figura 3 retrata duas mulheres amedrontadas por simplesmente não seguirem as normas de gênero. Ao tornarem pública sua identidade, são vítimas do preconceito, da discriminação social e da homofobia, postura discriminatória aqui representada, em vermelho no canto superior direito, pelo “monstro do heteroterrorismo”, que assim nomeamos com inspiração no trabalho da professora Berenice Bento (2011, p. 554).

Nas Figuras 3 e 4 do naipe vermelho, temos como pretensão problematizar os padrões estéticos de beleza, do corpo branco, heteroafetivo, jovem, que cabe nas normas naturalizadas e aceitas, e demarcar o corpo como expressão de identidades, o corpo como singular e social. Buscamos abordar a problemática através da ilustração de um corpo que “não cabe nas normas” (Figura 3) ao lado de um corpo que se encaixa nos padrões (Figura 4). De todo



modo, independentemente do corpo em questão, o primeiro julgamento social está em torno da sexualidade e da identidade do sujeito, que se soma à aparência física dos sujeitos.

A moral religiosa que preza pela manutenção do binarismo, homem e mulher, e pela heteronormatividade, está enraizada na sociedade, mas mudanças de desconstrução e desnaturalização são sentidas diante das reivindicações sociais que buscam o direito à liberdade de suas identidades de gênero e sexuais e legitimação das relações “fora” da norma. Os discursos da moral religiosa conservadora não estão presentes apenas no contexto religioso, disputam ao mesmo tempo espaço e poder na esfera política, nos debates sociais, e nos espaços formais de ensino. Na ilustração das Figuras 3 e 4 do naipe roxo, destacamos o distanciamento existente entre o celebrante e os/as noivos/as e o abismo que ainda se mantém entre o desejo de ser e o de poder ser.

Figura 4: Carta união com família homoafetiva composta por dois gays nos naipes azul, laranja, vermelho e roxo - L, G, B e T



Fonte: produção autoral

Menos conhecida, mas não menos legítima, a família poliafetiva também está presente em nossa sociedade. O primeiro registro desse tipo de união aconteceu em um cartório localizado na cidade Tupã, no interior do Estado de São Paulo, por um trio composto por duas mulheres e um homem. Para Madaleno (2018, p. 66), “esta família do presente parte de uma relação de estabilidade, coabitação em regra e do livre desejo de criar um núcleo familiar de proteção recíproca, solidariedade e interdependência econômica, tudo inseridos em um projeto de vida em comum [...]”. Além disso, como esclarecem Cardin e Moraes (2018), esse tipo de relação familiar não pode ser confundida

[..] com nenhum tipo de promiscuidade, pois não se trata de procurar incessantemente por diversas experiências sexuais desvirtuadas, mas, sim, de manter total honestidade no seio das relações, sendo que todas as pessoas envolvidas estão a par da situação e se sentem confortáveis com ela (CARDIN; MORAES 2018, p. 977).

Esse triângulo afetivo, formado por duas pessoas do gênero feminino e uma do gênero masculino (ver Figura 5), ou duas do masculino e uma do feminino (ver Figura 6), também foi representado em oito cartas, sendo quatro cartas com dois homens e uma mulher, e outras quatro cartas com duas mulheres e um homem. Nessa carta união, os personagens possuem sexualidade bifetiva e formam uma família poliafetiva. Para compor essa estrutura familiar, o jogador buscará a carta união poliafetiva e, ao identificar o gênero do personagem central na carta, buscará então os gêneros que faltam para formar essa família.

Figura 5: Carta união com família poliafetiva composta por duas mulheres e um homem nos naipes azul, laranja, vermelho e roxo - L, G, B e T



Fonte: produção autoral

Nas Figuras 5 e 6 do naipe azul, representamos através do balão de pensamento a identidade sexual do sujeito em destaque na carta. Ao demonstrar interesse afetivo por homens e mulheres, notamos sua identidade bifetiva. Nas cartas das Figuras 5 e 6 do naipe laranja, os diversos dedos apontados para o sujeito em destaque, homem ou mulher, fazem referência aos julgamentos morais.

Figura 6: Carta união com família poliafetiva composta por dois homens e uma mulher nos naipes azul, laranja, vermelho e roxo - L, G, B e T



Fonte: produção autoral

O balão de pensamento ao fundo dos sujeitos que constituem a família poliafetiva no naipe vermelho denuncia a ideia equivocada de que a bifetividade revela uma indecisão do sujeito em relação à sua identidade sexual. O naipe roxo das Figuras 5 e 6 enfatiza o acolhimento às pessoas de identidade bifetiva.

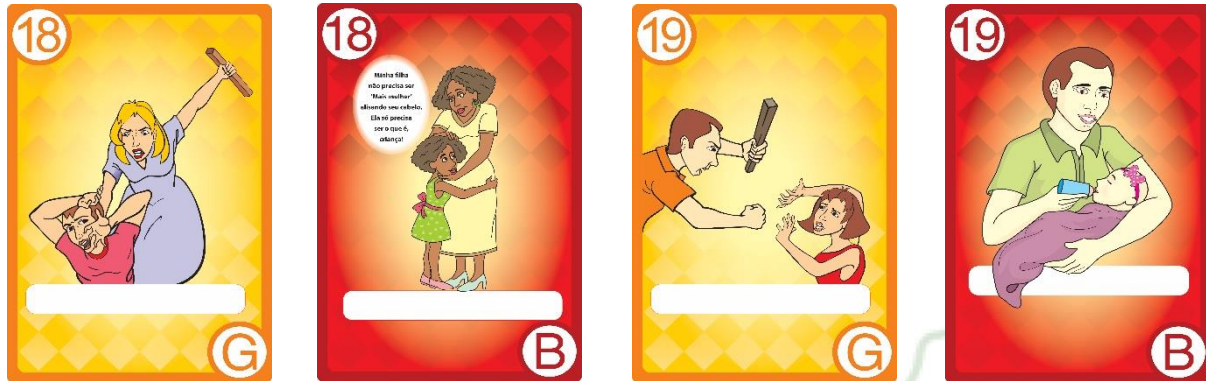
Outro assunto representado no nosso jogo é violência infantil. Presente nos lares da nossa sociedade, as marcas causadas nas crianças com agressões físicas e psicológicas repercutem durante toda vida. Nas cartas das Figuras 7 do naipe vermelho, a diferença de nível entre pais e filhos não foi acidental, mas proposital. Em posição de dominância, pai e mãe agredem seus filhos fisicamente, enquanto as crianças estão em posição de defesa.

No naipe vermelho da Figura 7, problematizamos a fabricação do corpo infantil, na medida em que o corpo está sendo compreendido em nossa cultura como um constructo de embelezamento. Mas que corpo é este? É um corpo erotizado, um corpo que despertará o interesse masculino. Na frase da carta, ao se pronunciar dizendo: “minha filha não precisa ser



“mais mulher” alisando seu cabelo. Ela só precisa ser o que é, criança”, a mãe já se impõe contra a erotização do corpo de sua filha.

Figura 7: Carta união com família monoparental composta por pais e filhos(as) nos naipes laranja e vermelho – G e B



Fonte: produção autoral

Essa conjuntura familiar (monoparental) está representada em oito cartas, sendo quatro simbolizadas com mãe e filho/a e quatro cartas com pai e filho/a. Para compor essa família, o jogador buscará a carta união que retrate a família monoparental, juntamente com uma carta com personagem do gênero feminino ou masculino, e outra carta com apenas crianças.

Conclusões e implicações

Concepções equivocadas, repletas de mitos e estereótipos, formam uma base frágil dos discursos de perseguição e continuam a produzir barreiras ao trabalho docente e ao exercício pleno da cidadania dos educandos. Como as subjetividades dos indivíduos vão sendo construídas através das relações do sujeito nos diferentes espaços de saber/poder, com a família, com a escola e com os vários agentes sociais, concordamos com Peres (2009), ao refletir que quando a subjetividade do indivíduo se assujeita à subjetivação que é imposta pela sociedade, “as pessoas vão se tornando cada vez mais vulneráveis diante da vida, perdendo força de questionamento e da crítica” (PERES, 2009, p. 238).

Desde modo, é importante que o currículo seja pensado para contemplar e atender as diferenças, para preparar os sujeitos para o exercício pleno da cidadania e que não colabore na disseminação de significados problemáticos atribuídos às questões de gênero. É com esse entendimento que acreditamos no potencial do recurso didático, *Sexualidades em Jogo*, em explorar os conceitos modernos de família, as questões de gênero, as relações de poder, as identidades sexuais, corpos, e as relações entre sexualidades, gêneros, mídia e religião, e de favorecer o trabalho docente na produção de abordagens informadas no campo de educação para as sexualidades com vistas ao ensino sobre assuntos tão importantes e tão presentes na nossa sociedade. A compreensão da sexualidade como um construto histórico e sociocultural nos currículos é necessária para uma educação que não reduza a sexualidade ao sexo, que não promova ou reforce estereótipos e que seja capaz de educar sobretudo para a diversidade.



Referências

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018**. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13772.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília, 2004.

BRUSCHINI, C.; BARROSO, C. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: BARROSO, C. et al. **Gravidez na adolescência**. Brasília: INPLAN/IPEA/UNICEF, 1986. p.29-54. (Série Instrumentos para a Ação; n.6)

CARRARA, S. *et al.* (org.). **Gênero e diversidade na escola: trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2011. Disponível em: <http://www.e-lam.org/downloads/Trajeto%C3%B3rias%20e%20repercuss%C3%B5es%20de%20uma%20pol%C3%ADtica%20p%C3%ABlica%20inovadora%20-%20Sistematiza%C3%A7%C3%A3o%20GDE.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CHATEAU, J. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

CARDIN, V. S. G.; MORAES, C. A. Do reconhecimento jurídico das uniões poliafetivas como entidade familiar. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 18, p. 975-992, 2018.

DIAS, M. B. Família homoafetiva. **Bagoas**, n. 03, p. 39-63, 2009.

DIAS, M. B. **Manual do Direito das Famílias**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

HENRIQUES, R. *et al.* (org.). **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD 4. Brasília: Secad/MEC, 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf. Acessado em: 16 nov. 2022.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. Por uma pedagogia da diversidade de corpos, gêneros e sexualidades. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, F. F. da; MAGALHÃES, J. C.; QUADRADO, R. P. (org.).

Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências. Rio Grande: FURG, 2007. p. 7-13.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos Infantis:** O jogo, a criança e a Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. Babilônios somos. A modo de apresentação. *In:* LARROSA, J.; SKLIAR, C. (org.). **Habitantes de Babel.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-30.

LOURO, G. L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MADALENO, R. **Direito de Família.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, M. E. *et al.* (org.). **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007. Disponível em:
<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PERES, W. S. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais e transgêneros e a escola brasileira. *In:* JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009. p. 235-263.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual.** Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RIBEIRO, P. R. C. Revisitando a história da Educação Sexual no Brasil. *In:* REGINA, P. R. C. (org.). **Corpos, gêneros e sexualidades:** questões possíveis para o currículo escolar. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 11-16.

ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n.53, p.11-19, maio 1985.

XAVIER-FILHA, C. Educação para a Sexualidade: carregar água na peneira? *In:* RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** composições e desafios para a formação docente: Rio Grande: FURG, 2009. p. 85-103.